

Algumas considerações sobre leitura e interpretação

Carlos Eduardo Louzada Madeira
PG-UERJ

Resumo: O objetivo deste estudo é esboçar algumas reflexões críticas sobre os processos de leitura e interpretação. Partindo do pressuposto de que os objetos passíveis de decodificação não são capazes de delimitar os sentidos que a partir deles são produzidos, é aqui especialmente levado em conta o papel desempenhado pelo leitor. Tendo adquirido com as teorias contemporâneas posição relevante no jogo dialético da leitura, esse intérprete especial, por meio de uma intervenção predominantemente ativa, acaba por reforçar o entendimento de que um objeto só existe na medida em que seu diálogo com o sujeito não é ignorado. Nesse contexto, são abordadas também a atividade tradutória, a intencionalidade autoral e o conceito de comunidade interpretativa.

Palavras-chave: leitura; interpretação; produção de sentidos.

Some considerations on reading and interpretation

Abstract: This paper intends to sketch out some critical considerations on the processes of reading and interpretation. Based on the idea that the objects which are susceptible of decodification are not capable of restricting the meanings they produce, it is especially taken into account the role played by the reader. Having acquired with modern theorization a relevant standing in the dialectical game of reading, this special interpreter, through a predominantly active intervention, ends up reinforcing the understanding that an object exists only if not ignored its dialogue with the subject. In this context, themes such as translation activity, authorial intentionality and the concept of interpretative community are remembered.

Keywords: reading; interpretation; production of meanings.

[...] no author, who understands the just boundaries of decorum and good-breeding, would presume to think all. The truest respect which you can pay to the reader's understanding is to halve this matter amicably and leave him something to imagine, in his turn, as well as yourself.

Laurence Stern

[...] o processo de escrever, enquanto correlativo dialético, inclui o processo da leitura, e estes dois atos dependem um do outro e demandam duas pessoas diferentemente ativas. O esforço unido de autor e leitor produz o objeto concreto e imaginário que é a obra do espírito. A arte existe unicamente para o outro e através do outro.

Jean-Paul Sartre

Um dos aspectos mais fascinantes suscitados durante o processo de leitura é, sem dúvida, aquele que dá ao leitor a possibilidade de lançar um olhar individualizado sobre as linhas que diante dele se vão revelando. Tratando especificamente da narrativa ficcional, diz Umberto Eco: “Numa história sempre há um leitor, e esse leitor é um ingrediente fundamental não só do processo de contar uma história, como também da própria história” (ECO, 1994, p. 7).

O papel do leitor diante do texto é, pois, predominantemente ativo, atuando de forma efetiva na produção dos significados. Nesse sentido, diz Eco: “Nada consola mais o autor de um romance do que descobrir nele leituras nas quais não pensava e que os leitores lhe sugerem” (ECO, 1985, p. 10). A aceitação dessa idéia implica o reconhecimento de que a matéria textual não é capaz de comportar um conjunto de significados estanques e predefinidos, imunes à interferência externa daquele que se propõe a decodificá-lo. Implica também o reconhecimento de que um objeto só existe na medida em que sua relação com o sujeito é considerada.

A interpretação é um fenômeno que não raro se vê condicionado pela interferência de fatores bastante diversos. Desta forma, é comum que a recepção de determinado escrito, e, em última instância, de qualquer objeto passível de leitura, apresente variações. É o que ocorre, em especial, com a literatura, o teatro, as artes plásticas, o cinema, a dança, enfim, com os campos relacionados à criação artística, que pressupõe organizações particulares e onde se manifesta a ambigüidade como recurso estético e criativo.

A Estética da Recepção vê no sistema literário um jogo articulatório que acaba por dar origem a uma relação dialética entre autor, obra e leitor. Destaca que a dinâmica da leitura tem uma perspectiva dupla, não sendo “uma rua de mão única do texto para o leitor” (ISER, 1999, p. 10). Vai de encontro à crítica imanentista, a cujo modo de reflexão se estabelece como alternativa, assinalando a preocupação com o leitor, que era antes esquecido em nome da importância estética da obra.

A respeito da relação entre autor, texto e leitor, escreve Lygia Bojunga Nunes:

Sou de opinião que, quando um leitor mergulha no livro que um escritor escreveu, ele está enveredando por um território sem fronteiras; nunca sabe direito até onde está indo atrás da própria imaginação, ou em que ponto começou a seguir a imaginação do escritor. (NUNES, 1993, p. 10)

O posicionamento da escritora vai convergir com a afirmação de Stern, que utilizamos como epígrafe, em que o romancista britânico ressalta que a tarefa de criação e imaginação cabe tanto ao autor quanto ao leitor. Essa mudança de perspectiva tem implicações também na atividade tradutória. Uma conceituação conservadora e imanentista sustentaria que o ato de traduzir significa transpor de um idioma para outro o conteúdo conceitual, ideológico e estrutural do texto de partida, dito *original*, lançando mão dos recursos lingüísticos disponíveis na língua de chegada para tornar o resultado final exato, fiel e legítimo. Essa concepção faz surgir de imediato uma pergunta: não seria o tradutor-leitor, antes de tudo, fiel à sua própria interpretação do texto a ser traduzido?

Opondo-se ao que Derrida chamou de *logocentrismo*, os teóricos pós-estruturalistas redefinem o conceito de *original*, que passa a ser visto como um texto a partir do qual são produzidos os significados, e não como aquele que conserva e protege a significação exata e correta, segundo as intenções do autor.

Sobre a questão da intencionalidade autoral, diz Rosemary Arrojo:

[...] é impossível resgatar integralmente as intenções e o universo de um autor, exatamente porque essas intenções e esse universo serão sempre, inevitavelmente, nossa visão daquilo que possam ter sido. Além disso, como sugeriu o teórico francês Roland Barthes, qualquer texto, por pertencer à linguagem, pode ser lido sem a 'aprovação' de seu autor, que pode apenas 'visitar' seu texto, como um 'convidado', e não como um pai soberano e controlador dos destinos de sua criação. (ARROJO, 2003, p. 40)

Arrojo explica ainda que a visão logocêntrica teve suas origens na Grécia de Platão e Aristóteles, onde as teorias filosóficas sustentavam a existência de níveis de conhecimento em estado de pureza, ou seja, de coisas que possuíam embutidas em si próprias significações que independiam de quaisquer perspectivas ou contextos. Tal concepção acabou impregnando boa parte das teorias desenvolvidas ao longo dos séculos no Ocidente.

Por outro lado, convém lembrar que o entendimento de qualquer texto, em especial o literário, depende em boa dose da capacidade e do repertório cultural do leitor (FILHO, 2001, p. 8), razão pela qual a plurissignificação não se confunde com leituras idiossincráticas. Apesar do caráter multifacetado, o texto literário pode também impor limites à atividade interpretativa.

A diversidade de leituras parece se aplicar também a toda e qualquer relação que se estabelece com os elementos do mundo na realidade cotidiana. Sob uma perspectiva semiótica, é possível afirmar que se está, todo o tempo, diante de sistemas de signos que exigem leituras e interpretações. São comportamentos, cortes de cabelo, peças de roupa, jargões, tons de voz, expressões corporais e faciais, sons, silêncios e tudo quanto puder ser observado e apreendido no universo complexo e caótico (na acepção platônica, em

contraposição ao cosmos) que nos circunda e que exige de nós uma tomada de posição, uma atitude de organização minimamente regular e sistematizada.

O fato é que esses significantes, que aqui se expandem para além da conceituação lingüística tradicional, muitas vezes não trazem apensos a si significados preestabelecidos e que lá estão placidamente à espera de um agente que os identifique. Subverte-se em certa medida o signo lingüístico saussuriano¹.

A respeito do princípio da arbitrariedade, primeiro aspecto primordial para a caracterização e entendimento do signo lingüístico, veja-se a narrativa sensível e inteligente de João de Jesus Paes Loureiro, em que o escritor paraense focaliza a natureza convencional da língua, observada por Saussure, que impõe a correlação de determinado conceito, fixo e invariável, a uma determinada seqüência fonológica, como se a relação entre ambos fosse imanente:

Uma folha! pediu-me que fechasse os olhos e pronunciasse essa palavra — subitamente mágica — pensando no que ela significava. Procurava reportar-me para a correspondência entre o som e o sentido, essa música das palavras que eleva o espírito a uma realidade transcendente. Apenas que, no caso da sonoridade musical da palavra, a significação parece ter uma lógica remissiva, isto é, a cultura constrói essa lógica de forma tão coerente e persuasiva, que se tem a impressão de que, na verdade, o som f-o-l-h-a nasce da folha e vice-versa. (LOUREIRO, 1995, p. 8)

Se considerarmos que toda manifestação cultural é em essência produtora de sentidos diversos, como todo romance é “uma máquina para gerar interpretações” (ECO, 1985, p. 8), não poderemos nos esquecer de que o próprio agente de qualquer processo de leitura, isto é, o ser humano, se vê também submetido a interpretações variadas.

No âmbito interpessoal, a exemplo do que ocorre em outros níveis, a leitura que se faz de um indivíduo precisa levar em conta aspectos outros que transcendam a impressão pura e simples do observador. É preciso ir além do aparente, investigar o que não está exposto, o que não está evidente. Do contrário, corre-se o risco (e isso acontece o tempo todo) de produzir uma leitura apressada e equivocada, muitas vezes esquecida da complexidade humana, que não autoriza análises superficiais e maniqueístas.

É preciso, sobretudo, não perder de vista o caráter ilusório que advém de uma aparente unidade. A respeito do *outro*, diz Antonio Candido:

No ser uno que a vista ou o contato nos apresenta, a convivência espiritual mostra uma variedade de modos-de-ser, de qualidade por vezes contraditórias. A primeira idéia que nos vem, quando refletimos sobre isso, é a de que tal fato ocorre porque não somos capazes de abranger a personalidade do outro com a mesma unidade com que somos capazes de abranger a sua configuração externa. E concluímos, talvez, que esta diferença é devida a uma diferença de natureza dos próprios objetos da

nossa percepção. De fato, — pensamos — o primeiro tipo de conhecimento se dirige a um domínio finito, que coincide com a superfície do corpo; enquanto o segundo tipo se dirige a um domínio infinito, pois a sua natureza é oculta à exploração de qualquer sentido e não pode, em consequência, ser apreendida numa integridade que essencialmente não possui. Daí concluímos que a noção a respeito de um ser, por outro ser, é sempre incompleta, em relação à percepção física inicial. E que o conhecimento dos seres é fragmentário. (CANDIDO, 2005, p. 55-56)

Candido fala também sobre a personagem ficcional, cuja criação, ainda que se dê explorando o caráter fragmentário da natureza humana, acontece de forma mais completa, pois é fruto de um processo consciente e racional. Prossegue o autor:

No romance, o escritor estabelece algo mais coeso, menos variável, que é a lógica da personagem. A nossa interpretação dos seres vivos é mais fluida, variando de acordo com o tempo ou as condições da conduta. No romance, podemos variar relativamente a nossa interpretação da personagem; mas o escritor lhe deu, desde logo, uma linha de coerência fixada para sempre, delimitando a curva da sua existência e a natureza do seu modo-de-ser. (*Ibidem*, 2005, p. 58-59)

Considerando-se que o objeto de leitura, seja ele um ser humano, um texto literário ou um filme, não é pura e simplesmente um repositório de significados fixos e invariáveis, é possível, pois, reafirmar que sua interpretação passa a depender, em grande parte, do desempenho do leitor. Mas, e quanto a esse leitor? Seria ele livre e independente, capaz de transitar pelo mundo produzindo interpretações de forma autônoma? Ou estaria subordinado a um sistema mais amplo, que determinaria de alguma maneira suas convicções e ideologias, e, portanto, sua própria capacidade de leitura?

Para Stanley Fish, os significados não são determinados nem pelos textos (ou por outros suportes) e nem pelos leitores, mas pelas comunidades interpretativas a que estes pertencem. Tais comunidades seriam responsáveis por estabelecer certos padrões de leitura e entendimento que regeriam o contato do leitor com determinado objeto.

A literatura, por exemplo, seria uma categoria reconhecida e entendida como tal em função do que foi convencionado a respeito dela. Como explica Rosemary Arrojo: “[...] o que será, em qualquer época, reconhecido como literatura é resultado de uma decisão, consciente ou não, da comunidade cultural sobre o que será considerado ‘literário’” (ARROJO, 2003, p. 31). Assim, subordinado às convenções que o constituem, o leitor atuaria utilizando estratégias de interpretação que não pertencem a ele, mas a todo um grupo social.

Será que a literatura é vista e entendida na França da mesma forma como o é no Japão? Seria a interpretação de uma obra como *Os Lusíadas* a mesma tanto para um leitor do século XVI quanto para um do século XXI? Será que um plebeu via *Hamlet* ou *MacBeth* com os mesmos olhos de um aristocrata na Inglaterra do período elisabetano? Como saber ao certo a

intenção de um autor ao redigir determinadas linhas se o significado parece resultar do jogo dialético que se estabelece a partir da interação entre sujeito e objeto, entre texto e leitor? Que concepções há por trás de todas essas indagações?

As questões suscitadas pelo tema seriam intermináveis. O fato é que, qualquer que seja o viés analítico, o fenômeno da leitura não permite um enfoque raso e ingênuo, tamanho o volume de implicações e desdobramentos que provoca. Os aspectos envolvidos tornam complexo o ato de ler, exigindo dos estudiosos uma postura investigativa e aberta que seja capaz de promover a dissolução de modelos autoritários e dogmáticos, substituindo-os por outros mais afeitos aos tempos atuais (pós-modernos?), tempos de globalização e concomitantes proximidades e afastamentos culturais, e também de inegável acessibilidade à informação de toda ordem.

Referências bibliográficas

ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. 4ª edição. São Paulo: Ática, 2003.

_____. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. São Paulo: Imago, s/d.

CANDIDO, Antonio *et al.* *A personagem de ficção*. 11ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ECO, Umberto. *Pós-escrito a O Nome da Rosa*. Tradução de Letizia Zini Antunes e Álvaro Lorencini. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FILHO, Domício Proença. *A linguagem literária*. 7ª edição. São Paulo: Ática, 2001.

FISH, Stanley Eugene. *Como reconhecer um poema ao vê-lo*. In "Palavra", no. 1. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1993.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1995.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Vol. 2. Tradução de Johannes Kretschmer. 1ª edição. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Memórias de um leitor amoroso*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Proler, 1995.

NUNES, Lygia Bojunga. *Fazendo Ana Paz*. Capa e ilustrações de Regina Yolanda. 2ª edição. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *A sedução da palavra*. Brasília: Letraviva, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 4ª edição. São Paulo: Cultrix, 1972.

Notas

ⁱ De acordo com a lição de Saussure, o signo lingüístico se divide em duas partes, significado e significante, respectivamente conceito e imagem acústica. Esta última corresponderia à impressão psíquica que os indivíduos têm dos sons das palavras, ou seja, uma imagem sensorial que um receptor tem gravado na mente e que é ativada quando ele ouve do seu interlocutor, por exemplo, a palavra “livro”, que imediatamente associa a um conceito. Tratar-se-ia, pois, de um significado fixo. Vale, porém, ressaltar que o lingüista suíço, por uma questão de método, opta por desconsiderar a fala, heterogênea, para se concentrar na língua, devidamente delimitada, e, portanto, homogeneizada.